



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR**

**EDITAL DE 16 DE JANEIRO DE 2020**

**12º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
PROMOTOR DE JUSTIÇA MILITAR - 12º CPJM**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, torna pública a retificação do Art. 9º e do Anexo II, do Edital de 13 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União, em 15 de janeiro de 2020, Seção 3, páginas 123 a 129, permanecendo inalterados os demais dispositivos do referido Edital, conforme a seguir especificado:

[...]

Art. 9º .....

§ 1º .....

**§ 2º As provas terão por base normativa a legislação em vigor, leis em *vacatio legis* e legislação superveniente, que venha alterar dispositivos legais e normativos no decorrer do certame.**

[...]

**ANEXO II**

**PROGRAMA DO CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

**GRUPO I - PROGRAMA DE DIREITO PENAL e DIREITO PENAL  
MILITAR**

[...]

**LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO PROGRAMA**

1. Código Penal Militar - Decreto-Lei 1.001, 21 de outubro de 1969;
2. Código Penal brasileiro, Decreto-Lei, de 7 de dezembro de 1940;
3. Código de Processo Penal Militar, - Decreto-Lei 1.002, 21 de outubro de 1969, CPPM;

4. Leis Penais Especiais (**Fonte de Consulta**);

- Lei dos Crimes Hediondos, Lei 8.072, de 25 de julho de 1990;
- Lei de Execução Penal, Lei 7.210/1984;
- Licitações e Contratos, Lei 8.666/1993;
- Crimes de Tortura, Lei 9.455/1997;
- Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826/2003;
- Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, Lei 11.343/2006;
- Crimes de Importunação Sexual, Lei 13.718/2018;
- Crimes Cibernéticos, Lei 12.737/2012;
- Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006;
- Abuso de Autoridade, **Lei 13.869, de 5 de setembro de 2019**;
- Alteração do CPM, Lei 13.491/2017;
- Alteração da Organização da Justiça Militar da União, Lei 13.774/2018;
- Antiterrorismo, Lei 13.260/2016;
- Crime Organizado, Lei 12.850/2013;
- Proteção a vítimas e testemunhas, Lei 9.807/1999;
- Lavagem de Capitais, Lei 9.613/1998;
- Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, Lei 7.492/1986;
- Redução de Pena para concorrente que denuncia crime à autoridade, Lei 9.269/1996.

**JAIME DE CASSIO MIRANDA**



Documento assinado eletronicamente por **JAIME DE CASSIO MIRANDA, Procurador-Geral de Justiça Militar**, em 16/01/2020, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0644149** e o código CRC **D1C17EA6**.

19.03.0000.0008990/2019-20

CPJM0644149v13